

Ciclo da Prosperidade

Março/2026

O Brasil no caminho da justiça tributária e do desenvolvimento sustentável

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Taxação BBB:

O Governo Federal avança na correção de distorções históricas com a taxação de Bilionários, Bancos e Bets

Conformidade:

Fisco fortalece diálogo com bons contribuintes e intensifica atuação contra devedores contumazes e no combate ao crime

Desenvolvimento sustentável:

Recordes em emprego, renda, PIB, investimentos; país sai do mapa da fome



“

No período de 2023 a 2026, o Brasil deve registrar a menor inflação acumulada de toda a sua história, a menor média de desemprego da série do IBGE. E, ao mesmo tempo, a menor taxa de 'desconforto' já observada, com inflação e desemprego baixos, resultado de políticas como valorização do salário mínimo, isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e uma Reforma Tributária que desonera investimentos, exportações e a cesta básica.

”

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda



EXPEDIENTE

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República e Ministro do
Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Secretário Executivo

Dario Carnevalli Durigan

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Anelize de Almeida

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Secretário do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono

Cristina Fróes de Borja Reis

Secretária de Assuntos Internacionais

Tatiana Rosito

Secretário de Política Econômica

Guilherme Mello

Secretário de Reformas Econômicas

Marcos Barbosa Pinto

Secretário de Prêmios e Apostas

Regis Dudena

Secretário Extraordinário da Reforma Tributária

Bernard Appy

ÍNDICE

Entrevista ministro Fernando Haddad	5
Panorama	9
Destaques da Economia	10
Brasil mais justo	18
Reforma histórica de tributos	20
Conformidade e combate ao crime	23
Mercado de Carbono	28
Reformas econômicas	31
Finanças Sustentáveis	36
Equilíbrio Fiscal	38
Responsabilidade legal	42
Política Econômica	44
Finanças Climáticas Globais	48
Recuperação de Créditos e Negociações	50
Integridade e Governança Pública	60
Ações Emergenciais	62
CARF	64
CRSFN e CRSNSP	66



“O Brasil não tem saída sem crescimento. E colocamos o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável”, afirma Fernando Haddad

Reforma Tributária sobre o consumo, nova regra fiscal e isenção do imposto de renda são destaques nesse balanço de três anos de gestão

“Colocar o pobre no orçamento e o rico no imposto de renda”. Após três anos, o Ministério da Fazenda entrega a principal missão recebida. À frente do Ministério da Fazenda, Fernando Haddad, comenta como a equipe econômica atuou, desde 2023, para recuperar as contas públicas e fazer o Brasil voltar a crescer com sustentabilidade e responsabilidade, principalmente com prioridade social, geração de empregos, oportunidade, renda, salários dignos e preços mais justos.

Desde a criação de uma nova regra fiscal sustentável, ao enfoque na agenda de gastos tributários, cabe destacar também que foi aprovada a primeira Reforma Tributária sobre o consumo desde a redemocratização, medida estruturante de país. Além disso, também foi implementada a isenção do Imposto de Renda para brasileiros que recebem até R\$ 5 mil por mês tendo como contrapartida o imposto de renda mínimo para os mais ricos.

O debate da justiça tributária ultrapassou o país e virou agenda internacional do Ministério da Fazenda, além da transformação ecológica. Como o próprio ministro costuma destacar, desde o dia 1º de 2023 o cresci-



Foto: Diogo Zacarias

mento econômico aliado à sustentabilidade e ao cuidado com a base da pirâmide regem a equipe da Fazenda.

Qual foi balanço das entregas que o senhor acumulou de 2023 até hoje no comando do Ministério da Fazenda? E qual foi o legado já construído? Em resumo, garantimos o bem-estar da população, impulsionamos o ambiente de negócios e, ao mesmo tempo, arrumamos as contas públicas. Porque arrumar as contas não é só cortar gastos: é também arrumar recursos para aquilo que estava estrangulado e, assim, atender as demandas que o governo tem com o país. O Brasil não tem saída sem crescimento. E colocamos o Brasil no caminho do desenvolvimento sustentável. Destaco que recuperamos os pisos de saúde e educação, reajustamos o salário mínimo acima da inflação dentre várias outras medidas.

Mas houve momentos difíceis, em que propostas importantes da Fazenda não tiveram espaço para avançar. Isso levou a uma revisão de rumos? Tivemos vitórias e derrotas, mas não mudamos a rota. O mercado de trabalho hoje está no seu melhor momento. As pessoas estão saindo dos programas de transferência de renda porque há vagas de trabalho disponíveis. A taxa de desemprego é a mínima histórica. O mercado de trabalho está gerando o melhor salário mínimo da série histórica, em termos reais, e o melhor rendimento médio por trabalhador. Tiramos o país do Mapa da Fome e alcançamos o menor índice

de Gini da nossa história recente. Hoje, estamos com 0,506, o menor da série histórica. A inflação em quatro anos vai ser a menor de toda a história do Brasil.

Qual foi a principal entrega? Não tem uma entrega principal, mas a Reforma Tributária sobre o consumo, depois de 40 anos de tentativas, é estruturante e muda o Brasil de patamar. O Brasil está abandonando um modelo arrecadatório confuso, ineficiente e migrando para um novo cenário que reduz injustiças, traz transparência, melhora a competitividade das empresas, acaba com a guerra fiscal. Também tem a Isenção da cobrança de Imposto de

Renda para os brasileiros que ganham até R\$ 5 mil por mês, com redução de alíquota para aqueles que recebem até R\$ 7.350 e, simultaneamente, taxaço dos mais ricos, que até então pagavam, proporcionalmente, menos impostos do que os mais pobres. Também tem o combate aos gastos tributários. Temos taxaço de fundos fechados, offshore, dos dividendos de quem ganha mais de R\$ 1 milhão por ano. Todos vivem em sociedade, então todos precisam colaborar com o SUS, com as escolas públicas, essa é parte relevante da proposta da renda. Quem tem de oferecer essa rede, que é básica para toda a sociedade, é o Estado, com financiamento provido por meio dos impostos recolhidos de todos nós. Nessa conta, não é justo que os mais privilegia-

“

Tiramos o país do Mapa da Fome e alcançamos o menor índice de Gini da história recente. Quanto menor o índice, melhor a distribuição de renda.

”



dos paguem menos do que o restante da população. É assim que funciona uma sociedade civilizada.

Mas houve muitas outras ações colocadas em prática desde 2023. Quais também merecem destaque? Também implantamos o Regime Fiscal Sustentável, o Novo Arcabouço Fiscal, substituindo a antiga regra. Esse novo regime estabeleceu um sistema de efetivo equilíbrio entre arrecadação e despesas, permitindo a retomada do desenvolvimento do país, mas sem “engessar” a capacidade estatal de atender a população.

Apesar da política monetária restritiva, o país apresenta expansão no mercado de crédito. O saldo de crédito do sistema financeiro, somando pessoas físicas e jurídicas, saiu de R\$ 4,679 trilhões, em janeiro de 2023, para R\$ 7,115 trilhões, em janeiro de 2026. Qual a explicação? O aperfeiçoamento do mercado de crédito foi outra grande preocupação, desde o início de governo, com várias frentes de ação. De 2023 para 2024, executamos o Desenrola Brasil, o que facilitou a renegociação de dívidas de pessoas físicas. Quem estava negativado teve oportunidade de pagar os débitos em atraso com desconto e, assim, conseguiu voltar ao mercado de consumo e de crédito. O programa Acredita, lançado em outubro de 2024, incentivou o empreendedorismo entre os beneficiários de políticas

sociais, com crédito a juros baixos. Foi priorizada a inclusão de mulheres, jovens, negros, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais ao mercado de trabalho. Além disso, no final do ano passado anunciamos um novo modelo de crédito imobiliário, modernizando regras do sistema de poupança e empréstimo. Com isso, ampliamos o limite de financiamento para R\$ 2,25 milhões, impulsionando a construção civil. Lançamos o Crédito do Trabalhador, facilitando acesso ao crédito a milhões de empregados do setor privado, com juros mais baixos que os empréstimos tradicionais. Tivemos também o Desenrola Pequenos Negócios, voltado para os pequenos empreendedores. Da mesma forma, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional robusteceu a renegociação de dívidas de Pessoas Jurídicas: o portal Regularize fortaleceu o diálogo entre as empresas e o fisco.



Os mais ricos agora compreendem seu papel social e a necessidade de contribuir para serviços públicos, como o SUS e a educação.



O Ministério da Fazenda assumiu protagonismo em desenvolvimento sustentável no atual governo, com medidas internas e de alcance internacional. Qual foi a estratégia para isso? Ainda em 2023, estabelecemos o Plano de Transformação Ecológica, o PTE, norteador das ações do Ministério da Fazenda na busca de resultados por emprego e produtividade, justiça social e sustentabilidade ambiental. Criamos novos mecanismos de incentivo à economia sustentável, como os Títulos Soberanos Sustentáveis, Mercado de Carbono e o Eco Invest Brasil. A iniciativa teve tanto êxito que aca-

bou norteando o Pacto pela Transformação Ecológica, proposta que uniu Executivo, Legislativo e Judiciário na construção de um novo modelo de desenvolvimento, rumo a uma economia de baixo carbono. Também recuperamos o protagonismo brasileiro nos debates econômicos mundiais, posição abandonada pelos governos anteriores. No palco internacional, apresentamos propostas como as do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), Coalizão Aberta dos Mercados Regulados de Carbono e Super Taxonomia, iniciativas ambiciosas, mas, ao mesmo tempo, factíveis, de repercussão global. Levamos também ao debate internacional a importância da criação de mecanismos de taxação dos super-ricos, para assim o mundo conseguir efetivamente combater desigualdades sociais e regionais. Evidenciamos que os ministérios de finanças de todo o mundo têm obrigação de se engajar nessas causas, pois o novo panorama mundial não permite às autoridades econômicas que fiquem focadas exclusivamente na macroeconomia.

O que foi feito na área de regulamentação e combate a irregularidades? Regulamentamos o setor de apostas, que estava desde 2018 atuando no Brasil sem regras.

As bets, que não pagavam impostos, começaram a pagar e agora estão começando a fornecer dados para combatermos os desmandos nesse setor. Abrimos uma frente de combate ao crime na área de combustíveis, culminando na Operação Carbono Oculto, da Receita Federal, com apoio do Ministério Público e da Polícia Federal. Incluímos as fintechs na fiscalização da Receita Federal para impedir a lavagem de dinheiro. Aliás, mudamos a postura do Fisco, estabelecendo um novo modelo de aproximação com os bons contribuintes e muito mais duro com os devedores contumazes, os devedores 'profissionais' que ganham dinheiro driblando o sistema tributário, até então sem punição.

“

O Brasil trocou um sistema arrecadatório confuso e ineficiente por um modelo mais justo, transparente e competitivo.

”

O dever de casa está feito? Ou ainda faltam novos passos? Em um país como o Brasil, o esforço é constante e nunca tem fim. Ainda mais se falando em economia. Há um indicador que eu gosto de observar, que aponta quantas cestas básicas o salário mínimo consegue comprar. Já recuperamos muito, mas ainda não recuperamos o poder de compra do salário mínimo nos últimos dez anos. Isso mostra que ainda há muito a ser feito. Fizemos muito, conquistamos muito, mas ainda temos muito a fazer e seguimos trabalhando firmes.



Economia do Brasil bate recordes históricos

Menor taxa de desemprego da história (**5,1%**)

Maior número de pessoas ocupadas (**103,0 milhões**)

Maior número de pessoas com carteira assinada (**39,4 milhões**)

Maior rendimento médio real do trabalhador (**R\$ 3.574**)

Maior alta acumulada das ações na Bolsa de Valores (**34,0%**) e maior valorização do real diante do dólar desde 2016 (**11,1%**)

Maior número de turistas estrangeiros (**9 milhões**)

Maior investimento direto líquido no país desde 2012 (**US\$ 84,2 bilhões no acumulado de janeiro a novembro**)

ANDAR DE CIMA

Quem ganha mais não só pode como deve pagar mais. Com a taxação BBB (Bilionários, Bancos e Bets), o Governo corrige distorções do sistema tributário, promove justiça fiscal e equilibra a arrecadação, sem penalizar os mais pobres. Hoje, as bets estão finalmente pagando impostos (depois de anos sem recolher nada) e há tributação nos investimentos dos muito ricos. Foi também aprimorada a cobrança de Juros sobre o Capital Próprio no setor bancário, forma de remuneração paga pelos bancos aos acionistas que beneficiava exclusivamente o “andar de cima” da sociedade.



JUSTIÇA FISCAL

Com a aprovação das reformas tributárias do consumo e da renda, o Ministério da Fazenda tirou o Brasil do passado e colocou o país rumo a um futuro com justiça fiscal, modernidade e transparência. A partir do começo deste ano, brasileiros que recebem até R\$ 5 mil por mês estão isentos da cobrança do Imposto de Renda. E quem ganha até R\$ 7.350 mensal vai contar com redução de alíquota. Passaram a vigorar as medidas que taxam os super-ricos, que antes pagavam proporcionalmente menos impostos que os mais pobres. Fundos exclusivos e offshores, usados pelos mais ricos para evitar impostos, passaram a ser tributados.

DEVEDOR PROFISSIONAL

Por iniciativa da Fazenda, o Congresso Nacional aprovou a lei que endurece regras para punir devedores contumazes, figuras criminosas que ganham dinheiro driblando o sistema tributário e prejudicando o mercado, os concorrentes e os consumidores. Combate, simultaneamente, a lavagem de dinheiro e o desvio de recursos públicos, e impede que esse tipo de operador tenha acesso a benefícios fiscais ou a licitações. E a Receita Federal agora dialoga de perto com o bom contribuinte (a maioria dos cidadãos e empresas do país), que até pode ter dificuldade em algum momento para quitar impostos, mas não faz da sonegação o seu modelo de negócio.



COMBATE AO CRIME

Carbono Oculto, Cadeia de Carbono, Poço de Lobato e Fronteira — essas foram quatro grandes operações da Receita Federal ao longo de 2025 que desbarataram ações de grupos criminosos em ações como lavagem de dinheiro, evasão de divisas e sonegação fiscal. A Carbono Oculto agiu sobre cerca de 1.000 postos de combustíveis ligados ao crime que movimentaram R\$ 72 bilhões entre 2020 e 2024. Isso acabou. Os responsáveis foram presos e vão responder à Justiça.

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E COMBATE A PRIVILÉGIOS

Sistema tributário mais simples

A **Reforma Tributária** troca ICMS, ISS, PIS/Cofins por tributos modernos sobre consumo (IBS/CBS/IS) com **cesta básica desonerada, cashback para famílias de baixa renda** e IPVA para lanchas e jatinhos.

Quem ganha mais, contribui mais

A **Reforma da Renda (IRPF)** isenta quem ganha até R\$ 5 mil/mês e dá descontos de até R\$ 7.350/mês, beneficiando **milhões de pessoas**, enquanto tributa offshores e fundos exclusivos dos super-ricos, tornando o sistema mais justo.

A NOVA FAIXA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA VAI BENEFICIAR TRABALHADORES EM TODO O PAÍS, GARANTINDO MAIS DINHEIRO NO BOLSO DE

19 MILHÕES

FECHANDO BRECHAS E ENFRENTANDO FRAUDES

Medidas como regulamentação das apostas

Limites à compensação tributária

Retorno do voto de qualidade no Carf

Regras da Lei Aldir Blanc de cultura

Consolidação da "Tese do Século"

Reoneração de combustíveis

Proposta de mudança no JCP

Limitação de supersalários

Megaoperação Carbono Oculto

A Receita e Polícia Federal derrubaram um dos maiores esquemas de sonegação da história

R\$ 72 bilhões
em fraudes identificadas



RESULTADOS NA VIDA REAL

Com menos pobreza e mais trabalho para a população



POBREZA EM QUEDA

Entre 2023 e 2024, 8,6 milhões de pessoas saíram da pobreza e 1,9 milhão deixou a extrema pobreza



MAIS EMPREGO

A taxa de desemprego caiu para 5,4% no trimestre mais recente. A média foi de 6,6% em 2024 e de 7,8% em 2023



INFLAÇÃO SOB CONTROLE

O IPCA em 12 meses ficou em 4,26 % até dezembro de 2025, acumulado do ano



MENOS DESIGUALDADE

O Índice de Gini foi de 0,504 em 2024, o menor valor desde 2012



MENOS INFORMALIDADE

A informalidade recuou para 37,8%, depois de marcar 39,2% em 2023



DÍVIDA ESTÁVEL

A dívida bruta fechou 2025 em 78,7% do PIB, abaixo do que o mercado esperava no início do ano

PROTEÇÃO E CIDADANIA PARA CUIDAR DE QUEM MAIS PRECISA

**Bolsa Família
robusto e
salário mínimo
valorizado**

Bolsa Família **80%** mais forte
21 milhões de famílias atendidas

Saúde recebeu **16,6%** a mais
Educação **20,3%** a mais

R\$ 1.621

**COM A VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO
MÍNIMO, O PAÍS ALCANÇA O MAIOR
RENDIMENTO MÉDIO REAL DESDE O
PRIMEIRO GOVERNO DILMA**

Educação, saúde e medicamentos para quem mais precisa

- **Pé de Meia:** R\$ 12,5 bilhões em 2025, beneficiando mais de 4 milhões de estudantes
- **Mais Médicos e Agora Tem Especialistas:** mais profissionais em áreas remotas
- **Farmácia Popular:** 41 medicamentos gratuitos e produtos de higiene pessoal



Minha Casa, Minha Vida

Passou a incluir famílias com renda de **R\$ 12 mil**. E o Reforma Casa Brasil permitiu a realização de reformas e melhorias em moradias já existentes.

2 MILHÕES DE MORADIAS ATÉ 2026

Alívio nas dívidas e fôlego para pequenos negócios

O Desenrola renegociou R\$ 53 bilhões em dívidas de pessoas físicas

Programa Acredita: crédito que já soma bilhões e milhões de oportunidades.

Procred 360: R\$ 4,08 bilhões em 139 mil contratos

Pronampe: R\$ 184 bilhões em 2,6 milhões de contratos

Peac: R\$ 212,7 bilhões em mais de 500 mil contratos

Primeiro Passo: mais de R\$ 1,5 bilhão em um ano para famílias do CadÚnico

Crédito do Trabalhador

R\$ 82 bilhões para mais de 7 milhões de pessoas, com juros de 3,07% ao mês

Fundo de Investimento em Infraestrutura

R\$ 20 bilhões em crédito público em 2025, voltados a habitação e infraestrutura

CRESCIMENTO COM RESPONSABILIDADE E SUSTENTABILIDADE



Ministério da Fazenda entrega equilíbrio nas contas, justiça social e investimentos que movem o Brasil hoje e no futuro

Contas públicas em ordem, sem cortar direitos

Responsabilidade fiscal não precisa significar cortes nos serviços essenciais. É possível organizar o orçamento e fortalecer direitos

DÉFICIT DE -2,4% EM 2023 PARA -0,5% EM 2025, PRESERVANDO O ORÇAMENTO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS SOCIAIS, COMO SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL







Exportações, agro e MPMEs fortalecidos

Plano Brasil Soberano

+ R\$ 30 bilhões para proteger exportadores e pequenas empresas.

Plano Safra Agricultura familiar:
R\$ 89 bilhões

Plano Safra Agricultura empresarial:

R\$ 516,2 bilhões ao campo, com adoção e ampliação de critérios ambientais em determinadas linhas de crédito.



Transição ecológica e nova indústria verde

Fundo Clima: R\$ 10,2 bilhões. Mais de três vezes o total dos dez anos anteriores

Leilões do Eco Invest: mais de R\$ 127 bilhões de reais mobilizados em três leilões

Neoindustrialização: R\$ 46 bilhões investidos por meio de FNDCT, BNDES e FAT

Debêntures incentivadas: R\$ 67,82 bilhões em 2023, R\$ 135,11 bilhões em 2024, e R\$ 176,97 bilhões em 2025

Economia verde regulada e financiada

A **nova lei do mercado de carbono** cria o primeiro marco legal para limitar emissões e negociar créditos de carbono, e a **Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB)** define o que é de fato atividade sustentável, dando segurança a investidores e coordenando as ações do **Plano de Transformação Ecológica**.

JUSTIÇA PARA O POVO

mais de 19 milhões de brasileiros beneficiados

A lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e permite descontos para rendas de até R\$ 7.350 mensais representa **JUSTIÇA TRIBUTÁRIA**. Esta foi uma das medidas mais aguardadas de 2025 na área econômica e vale em 2026.

No total, cerca de 19 milhões de brasileiros vão deixar de pagar imposto de renda, sendo 12,5 milhões que passarão a ser isentos e outros 7 milhões que contarão com redução no imposto.

Corrigindo uma injustiça, haverá ainda uma alíquota mínima de IRPF para quem ganha a partir de R\$ 600 mil por ano. Essa medida promove mais equilíbrio entre os menos favorecidos e o topo da pirâmide.



Por que isso me interessa?

Graças a essas e a outras políticas, a desigualdade no Brasil é hoje a **MENOR DA HISTÓRIA**, mesmo assim, o país continua a ser um dos países mais desiguais do mundo.

O 1% mais rico acumula 63% da riqueza do país, enquanto a metade mais pobre da população detém apenas 2% da riqueza. É riqueza demais concentrada nas mãos de uma pequena parcela de super-ricos.

A mudança no Imposto de Renda é um passo para transformar essa realidade, mas é apenas o primeiro.





BRASIL COM IMPOSTO MAIS SIMPLES, TRANSPARENTE E JUSTO

Criada em 2023, a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (Sert/MF) fecha 2025 com missão cumprida. A maior reforma do sistema de tributos sobre o consumo em décadas está pronta para começar a mudar a vida dos brasileiros. Um sistema mais simples, transparente e amigo de quem produz e consome!



Que reforma é essa?

Um novo sistema que troca vários impostos confusos por poucos tributos claros, com regra igual para todo o país:

5 tributos sobre consumo ⇒ 2 novos tributos:

CBS (federal) + **IBS** (estados e municípios)
com a mesma base e regras harmônicas

**Novo modelo começa em
2026 com transição até 2033**

**MENOS CONFUSÃO NA NOTA FISCAL,
MAIS PREVISIBILIDADE PARA EMPRESAS,
MAIS INVESTIMENTO, MAIS EMPREGO**



O Brasil do futuro nasceu aqui!

+10 pontos percentuais de PIB potencial em 10 a 15 anos, com mais crescimento e produtividade

Até 70 milhões de pessoas podem receber cashback, devolução de parte do imposto pago no consumo

Imposto zero para alimentos da cesta básica, medicamentos do SUS, vacinas, cadeiras de rodas, aparelhos auditivos e absorventes, entre outros itens essenciais

Imposto menor para restaurantes, turismo, produtos de higiene básica e alimentos como massas, óleos vegetais e sucos naturais

Conta de imposto **mais transparente**, o consumidor passa a enxergar quanto paga de tributo em cada compra



O legado da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária

Coordenou tecnicamente a articulação pela Reforma Tributária, ajudando a desenhar também o cashback, a **cesta básica nacional** e o **modelo operacional de CBS e IBS**.

Organizou, junto com União, estados e municípios, o programa de assessoramento à implementação da reforma, que auxiliou na elaboração da regulamentação da Reforma.

COM O CICLO DA REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO CONCLUÍDO, A SERT SE DESPEDE DEIXANDO UM NOVO SISTEMA PRONTO PARA COMEÇAR A AJUDAR O BRASIL A CRESCER



Foto: Divulgação RFB



RECEITA FEDERAL



Firme contra o dinheiro sujo, justa com quem faz tudo certo

Com foco na justiça fiscal, no combate ao crime organizado e na modernização, a Receita Federal passou a atuar com mais inteligência, tecnologia e coordenação, e deu um salto na forma de proteger os cofres públicos.

DE UM LADO

O Leão ataca redes organizadas que atuam em setores sensíveis da economia e drenam recursos que pertencem ao povo

DE OUTRO

Simplifica a rotina daqueles que fazem tudo certo, com menos burocracia e mais transparência. Uma Receita mais eficiente e melhor



Foto: Divulgação RFB

COMBATE AO CRIME E PROTEÇÃO À SOCIEDADE

Quando megasquemas são encontrados, o Brasil recupera dinheiro para financiar a saúde, a educação e, sobretudo, a segurança pública que sofre na

mão das quadrilhas. Operações como Poço de Lobato e Carbono Oculto, por exemplo, resultaram no bloqueio de bilhões em bens do grupo investigado.

É DINHEIRO QUE PERTENCE AO BRASILEIRO E QUE VOLTA PARA A VIDA DO BRASILEIRO GRAÇAS À RECEITA

Fiscalização de Ouro Ilegal:

As Operações Sisaque (2023) e Pirâmide de Ouro (2024) desarticularam esquemas de extração e lavagem de ouro.

- **R\$ 4 bilhões em sequestro de bens dos investigados**

Combate ao tráfico de drogas:

- **100 mil toneladas de drogas apreendidas desde 2023**

Maconha

+133 ton



Cocaína

+45 ton



Prejuízo estimado em **bilhões de reais** para o crime organizado

Apreensões Recordes:

A Operação Fronteira RFB, realizada desde 2023, atacou o esquema de contrabando no Brasil.

- **R\$ 290 milhões em produtos ilegais**
- **Um prédio de 20 andares usado como depósito lacrado**
- **215 mil litros de bebidas falsificadas**
- **Mil pistolas que estavam entrando ilegalmente no Brasil**



Fiscalizações:

Entre 2023 e 2025, foram realizadas mais de 15 mil auditorias externas, gerando lançamentos tributários de **+ R\$ 535 bilhões**.



Foto: Divulgação RFB



EXEMPLO DE INTEGRAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

OPERAÇÃO CARBONO OCULTO

A maior ofensiva da história contra a lavagem de dinheiro no setor de combustíveis revelou a infiltração do crime organizado na economia formal por meio de um “banco paralelo” e fundos de investimento.

Números do esquema:

Movimentação: R\$ 72 bilhões (2020-2024) via 1.000 postos e distribuidoras.

Lavagem de dinheiro: uso de fintechs e 40 fundos (FIDC e imobiliários) para ocultar R\$ 30 bilhões em ativos.

Dano ao erário: mais de R\$ 7,6 bilhões em sonegação fiscal.

Alcance e apreensões:

A operação cumpriu mais de 300 mandados em oito estados. Entre os bens confiscados estão usinas de álcool, um terminal portuário, 1.600 caminhões, helicópteros, iates e mais de 100 imóveis de luxo.

Por que é importante?

Diferente de operações focadas apenas em tráfico, a Carbono Oculto mirou a estrutura financeira e o “colarinho branco” que sustenta o crime organizado, forçando o sistema financeiro a adotar regras mais rígidas de compliance e fiscalização de fintechs.

OPERAÇÃO POÇO DE LOBATO

Desdobramento da Operação Carbono Oculto, a ação desarticulou um esquema bilionário liderado pelo maior devedor contumaz do país, com débitos superiores a R\$ 26 bilhões. O grupo utilizava estruturas sofisticadas — incluindo 50 fundos de investimento e 15 offshores — para blindagem patrimonial e ocultação de lucros do setor de combustíveis.

Impactos e números:

Prejuízo social: a fraude drenava R\$ 350 milhões mensais dos cofres públicos, valor suficiente para construir um hospital de médio porte a cada mês.

Ação ostensiva: foram cumpridos 126 mandados de busca e apreensão em SP, RJ, MG, DF e BA.

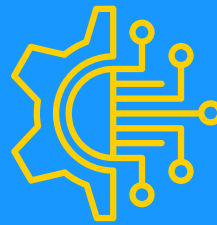
Força-tarefa: operação conjunta entre Receita Federal, PGFN, PGE-SP, Ministério Público (SP), Secretarias de Fazenda (Estadual e Municipal de SP) e Polícias Civil e Militar.

Por que é importante?

A Poço de Lobato é um marco na fiscalização brasileira. Ela sinaliza uma mudança de paradigma: o foco agora é o “andar de cima” da sonegação estruturada, atingindo diretamente as engenharias financeiras complexas que sustentam o crime econômico de alto impacto.



INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



O Ministério da Fazenda entrou de vez na era digital para ficar mais próximo de quem faz tudo certo. Agora a restituição do Imposto de Renda cai direto na conta via PIX para a professora. A declaração pré-preenchida ajuda o comerciante, o

servidor público e o autônomo que não têm tempo a perder com mais burocracia. E o MEI, usado por milhões de profissionais, agora permite organizar tudo pelo celular, com débito automático e cartão de crédito.

É TECNOLOGIA QUE ECONOMIZA TEMPO, REDUZ ERROS E DEIXA A RELAÇÃO COM A RECEITA MAIS SIMPLES, RÁPIDA E SEGURA

Restituição via Pix:

Mais que dobraram!

2023: 5,7 milhões

2025: 15,2 milhões

Declaração Pré-Preenchida:

Em 2025, quase a metade dos contribuintes já usaram o modelo pré-preenchido

NFS-e:

5.561 municípios integrados

+ 80% da população do país

Receita Saúde:

A solução contribuiu para automatizar o preenchimento das declarações carregando automaticamente recibos

25 milhões de recibos

Ao todo R\$ 14,3 bilhões

MEI Simplificado:

A nova versão do aplicativo MEI trouxe melhorias:

+ 400 mil pagamentos em dia desde agosto de 2024



BRASIL QUE CRESCE REDUZINDO EMISSÕES



A Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, órgão recém-criado, consolida o Ministério da Fazenda como protagonista na agenda de finanças sustentáveis, organiza o mercado de carbono, apoia o cum-

primento das metas climáticas do Brasil e conecta redução de emissões, crescimento econômico sustentável e melhoria da qualidade do planeta e da vida.

MERCADO DE CARBONO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

O novo mercado regulado de carbono, criado por lei aprovada em 2024, coloca preço na emissão de gases de efeito estufa e orienta investimentos para energia lim-

pa, indústria mais eficiente, agricultura de baixo carbono e restauração florestal. Será implantado em **5 fases**, com funcionamento pleno **até 2030**.

O QUE O MERCADO DE CARBONO PODE GERAR ATÉ 2040:

+ 5,8% de PIB

— 21% de emissões
nos setores regulados

► **Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões**
é peça central para reduzir emissões e, ao mesmo tempo, sustentar o crescimento econômico



**Acelerar meta climática
do Brasil de neutralidade
de carbono até 2050**



PRIMEIRAS ENTREGAS

1 Comitê Técnico Consultivo Permanente

Está em construção um grupo de especialistas para orientar o mercado de carbono. Garante regras estáveis, seguras, confiáveis e democráticas.

2 Guia sobre o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões e Roteiro de Implementação

Informações acessíveis sobre o funcionamento do mercado regulado de carbono, os órgãos responsáveis por sua regulação e como participar do Sistema.

3 Parceria com o Banco Mundial (PMI)

Apoio técnico internacional para criar a infraestrutura e as regras do mercado de carbono. Mais confiança e mais capital para projetos para o Brasil.

4 Plataforma de Registro Central de Carbono

Plataforma digital em construção, em parceria com SERPRO, para registro, verificação e comercialização dos ativos do sistema brasileiro de comércio de carbono.

A Secretaria é o resultado de um jornada vários anos. Muito se espera dos mercados de carbono e muito se fala do potencial deles para o Brasil, para gerar oportunidade de negócio, de renda, de recursos, de redução das desigualdades e, claro, do seu objetivo inicial, que é contribuir com benefícios ambientais e climáticos.

Cristina Reis, secretária extraordinária do Mercado de Carbono





CRÉDITO MAIS BARATO, AMBIENTE DE NEGÓCIOS MODERNO E ESTÍMULO AO INVESTIMENTO

Trabalhadores, consumidores e empresas testemunharam nos últimos três anos mudanças conduzidas pela Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (SRE-MF) que desempenharam papel decisivo para o

crescimento econômico e a inclusão social no país. O crédito ficou mais acessível, os juros passaram a ter limites mais claros e o mercado de seguros ficou mais protegido e transparente para quem precisa de proteção.

**Reformas
necessárias**

+

**Segurança
jurídica**

=

**Ambiente de negócios mais
favorável ao investimento
produtivo e à concorrência**

LINHA DE CRÉDITO MAIS BARATA E MAIS AMPLA

Crédito do Trabalhador:

Consignado com desconto em folha
agora está disponível

+ de **47 milhões de trabalhadores**
com carteira assinada beneficiados

- **8 milhões** de operações
- **R\$ 54 bilhões** em crédito contratado
- **Taxas mais baixas**
que o crédito tradicional

**INCLUSÃO FINANCEIRA E ALÍVIO NO ORÇAMENTO DE QUEM
PRECISA DE CRÉDITO PARA TRABALHAR E PRODUZIR**

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

As novas regras do PAT beneficiaram mais de **22 milhões de trabalhadores**. Com limites para as taxas, prazos de repasse mais curtos e entre outras novidades, mais padarias, mercadinhos, restaurantes por quilo e lanchonetes passaram a aceitar os cartões de benefícios.

Programa Desenrola Brasil: mais de **15 milhões de pessoas** voltaram a ter nome limpo, crédito e chance de retomar a vida financeira

+ de R\$ 50 bilhões em dívidas renegociadas, o que equivale a 0,5% PIB

- 8,7% da inadimplência entre a população mais vulnerável do país

**entre julho de 2023 e maio de 2024*

GARANTIAS MODERNAS E JUROS MENORES

Novo Marco das Garantias (Lei nº 14.711/23)

Regras mais simples para uso de garantias em empréstimos, reduzindo riscos e agilizando operações.

Resolução CMN/CNSP nº 12/24

Uso de previdência, seguros e títulos de capitalização como garantia, sem resgate antecipado.

JUROS 70% MENORES

**MAIS PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO
E CRÉDITO MAIS BARATO**



DESBUROCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO E CRIAÇÃO DE TETO PARA JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO

Reformas eliminaram exigências que encarecem ou atrasam empréstimos:

- Dispensa da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)
- Dispensa de comprovação eleitoral
- Ampliação do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) dispensando a apresentação de diversas certidões

TETO DO JUROS DO CARTÃO: É O FIM DO EFEITO BOLA DE NEVE

Desde 2024, os juros acumulados no rotativo não podem ultrapassar o valor original da dívida. Milhões de brasileiros longe da armadilha do endividamento!

LINHA DE CRÉDITO MAIS BARATA E MAIS AMPLA

Agora a lei brasileira está em conformidade com o praticado em todo o mundo!

- Normas claras
- Prazos definidos para indenização
- Vedação à rescisão unilateral pela seguradora
- Questionário obrigatório de risco

Por que isso me interessa?

- + Proteção ao segurado
- + Segurança jurídica
- + Concorrência
- + Serviços e soluções de seguro no país
- + Investimento privado para projetos sustentáveis



INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL E ESTRUTURANTE

As debêntures de infraestrutura são títulos de dívida emitidos por empresas com a finalidade de financiar projetos de infraestrutura considerados prioritários pelo poder público, como nos setores de energia, transporte, logística, saneamento e telecomunicações.

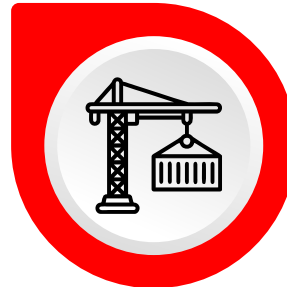
Entre os critérios que podem fundamentar o enquadramento de projetos como prioritários para fins de acesso aos incentivos previstos na legislação, inclui-se a contribuição para a sustentabilidade ambiental e para a transição a uma economia de baixo carbono.

**MAIS
INVESTIMENTO
PRIVADO**



**MENOR
DEPENDÊNCIA
DE RECURSOS
PÚBLICOS**

**REDUÇÃO DO
CUSTO DE
CAPTAÇÃO**



**MAIS OBRAS
E PROJETOS
ESTRUTURANTES**

Estamos batendo recorde de investimento em infraestrutura. Estamos usando todos os expedientes para alavancar o desenvolvimento, parcerias público privadas com estados [...] e este é o melhor momento em anos.

Fernando Haddad, Ministro da Fazenda

NOVO BRASIL

O Plano de Transformação Ecológica redefine a matriz econômica brasileira, convertendo sustentabilidade em prosperidade e inovação. Sob liderança do Ministério da Fazenda, o Brasil consolida-se como des-

tino prioritário para o capital verde, projetando um aumento de 10% no PIB per capita e redução de 48% nas emissões até 2026, com meta de neutralidade em 2050 e justiça social (Gini 0,40).

A nova economia fundamenta-se em instrumentos estratégicos de captação e regulação:

Mercado de Carbono: Sistema de comércio de emissões que projeta movimentar R\$ 160 bilhões até 2050 como ativo financeiro.

Títulos Soberanos Sustentáveis: Captação de R\$ 30 bilhões no exterior com custos reduzidos para financiar o Fundo Clima.

Eco Invest Brasil: Mobilização de R\$ 127 bilhões para projetos sustentáveis, sendo R\$ 56 bilhões captados no exterior.

Taxonomia Sustentável: Padronização de critérios para ativos verdes, garantindo transparência e combatendo o greenwashing.

NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O país lidera a corrida pela energia limpa com investimentos de R\$ 448,7 bilhões via Marco Legal do Hidrogênio e a Lei do Combustível do Futuro. No campo, o Pla-

no Safra + Sustentável atingiu o recorde de R\$ 600 bilhões em crédito, condicionando o financiamento à preservação ambiental.

De Baku a Belém - A presidência da COP30 selou marcos diplomáticos históricos:

Fundo Tropical Florestas para Sempre (TFFF): Um fundo global inovador que transforma a preservação de florestas em investimento rentável para o setor privado.

Super Taxonomia: Harmonização internacional de fluxos de capital.

Coalizão de Mercados de Carbono: Alinhamento das maiores economias para a descarbonização global.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS PARA A SUSTENTABILIDADE

O Ministério tem trabalhado em parceria com outros órgãos e poderes para criar ou ajustar novos arcabouços legais e regulatórios que têm aberto novos mercados e cadeias de investimentos nas tecnologias sustentáveis e de baixo carbono.



MARCO LEGAL DO HIDROGÊNIO DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO:

Potencial de R\$ 130 bilhões em investimentos privados, com R\$ 18 bilhões em incentivos governamentais previstos até 2032.



PROGRAMA MOVER (MOBILIDADE VERDE E INOVAÇÃO):

R\$ 19,3 bilhões em créditos financeiros previstos e R\$ 190 bilhões em investimentos privados para impulsionar o transporte sustentável.



DEBÊNTURES INCENTIVADAS E DE INFRAESTRUTURA:

As empresas captaram nos últimos três anos através da emissão de debêntures incentivadas valores recordes: R\$ 67,8 bilhões em 2023, R\$ 135,1 bilhões em 2024 e R\$ 178 bilhões em 2025, consolidando novo marco histórico.

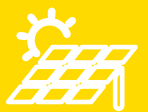


LEI DE COMBUSTÍVEIS DO FUTURO:

R\$ 19,55 bilhões em investimentos anunciados e R\$ 260 bilhões em investimentos privados até 2037.

PROGRAMA MAIS INOVAÇÃO:

Financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em ciclos plurianuais de investimento, mobiliza mais de R\$ 12 bilhões em desafios estratégicos que impulsionam a inovação e fortalecem a nova industrialização brasileira.



PLANO SAFRA + SUSTENTÁVEL:

Incorporando critérios de sustentabilidade, o programa disponibilizou R\$ 478 bilhões em crédito rural, condicionando práticas agrícolas cada vez mais sustentáveis. Considerando as safras de 23/24 e 24/25, foram destinados R\$ 146,6 bilhões para agricultores familiares e R\$ 764,4 bilhões para médios e grandes.



ESTRATÉGIA NACIONAL DA BIOECONOMIA:

Implementação de tecnologias ligadas à bioeconomia tem o potencial de injetar US\$ 592,6 bilhões em receitas anuais adicionais no Brasil e reduzir as emissões de gases estufa no país em 65% em 30 anos.





TESOURO NACIONAL

Solidez fiscal e inovação para o futuro do Brasil

Entre 2023 e 2025, o Tesouro Nacional reforçou o equilíbrio das contas públicas, modernizou o perfil da dívida e aproximou os títulos públicos da vida real dos brasileiros. É uma gestão técnica com impacto direto no país: mais previsibilidade para o governo, mais segurança para a economia e mais instrumentos de investimento para o cidadão.



GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE FISCAL

O Tesouro Nacional trabalhou para tornar a dívida do país mais estável e previsível, garantindo assim tudo aquilo que o brasileiro precisa. O foco foi simples: financiar o Estado com responsabilidade e reduzir a sensibilidade da dívida às mudanças na economia.

Organizar a dívida é proteger o dinheiro público, evitar sustos na economia e financiar o futuro do país

Emissão Recorde e Custo Reduzido:

Em 2025, o Tesouro atingiu o recorde histórico de R\$ 2 trilhões em títulos públicos federais (TPF) emitidos.

Melhoria no Perfil da Dívida:

A fatia da dívida atrelada à Selic diminuiu de 36,9% em 2023 para 30,3% em 2025, deixando o país menos exposto às oscilações dos juros.



TRANSPARÊNCIA E FINANÇAS SUBNACIONAIS

Quando as contas de estados e municípios entram em ordem, a vida do cidadão melhora. O Tesouro ajudou governos locais a reorganizar dívidas, economizou bilhões ao assumir e renegociar garantias e aperfeiçoou as regras para que estados muito endividados pudessem se recuperar.



MAIS ESTABILIDADE
para manter hospitais e escolas funcionando



MENOS RISCO
de salários atrasados



MAIS SEGURANÇA
para que obras e serviços não parem

Garantias da União:

gestão eficiente gerou economia

+ R\$ 5,7 bilhões até 2025

Programa de Ajuste Fiscal:

Entre 2023 e 2025, o Tesouro aprovou a adesão de 15 estados e 4 capitais ao programa, que visa a melhoria do equilíbrio fiscal e a sustentabilidade da dívida subnacional.

Reforma:

O Tesouro contribuiu para aprimorar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), facilitando a adesão de estados com dívidas insustentáveis.



INOVAÇÃO E ACESSO AO CIDADÃO

O Tesouro Nacional também ficou mais próximo do brasileiro. Ao modernizar seus produtos e ampliar o acesso a informações claras sobre as contas públicas, o povo consegue acompanhar para onde vai o dinheiro do país, tomar melhores decisões sobre seus investimentos e confiar que as contas estão sendo cuidadas com responsabilidade.



**MAIS
BRASILEIROS**
passaram a investir em
títulos públicos

+ APOSENTADORIA
+ ESTUDOS
+ RESERVA FINANCEIRA

Tesouro Direto Simples:

Em 2025, foram 3,4 milhões de investidores ativos e o estoque total superou R\$ 213,2 bilhões

Tesouro Renda+:

Em 2025, foram 365 mil investidores e R\$ 10,4 bilhões em estoque

Tesouro Educa+:

Em 2025, chegou a 194 mil investidores e a R\$ 2,3 bilhões

Contas Anuais do Governo:

Selo Ouro de Transparência do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2024

**A MODERNIZAÇÃO DA
GESTÃO DA DÍVIDA E
O INVESTIMENTO EM
TÍTULOS PÚBLICOS
ESPECÍFICOS REFORÇAM
O COMPROMISSO DO
TESOURO NACIONAL
COM A SOLIDEZ DAS
CONTAS PÚBLICAS E A
EDUCAÇÃO FINANCEIRA
DO CIDADÃO**



RUMO À ECONOMIA VERDE

O Eco Invest Brasil começou 2026 consolidado como o maior programa de finanças sustentáveis do país e um dos instrumentos mais inovadores do mundo. Com três leilões concluídos, o programa somou cerca de R\$ 127 bilhões mobilizados para projetos alinhados à transformação ecológica, dos quais R\$ 56 bilhões em investimentos captados no exterior.

O volume reforça a credibilidade do Brasil no cenário internacional e evidencia a confiança de empresas, fundos e instituições financeiras na solidez da iniciativa. Em apenas dois anos, o Eco Invest estruturou formas inovadoras de atrair recursos privados, oferecendo ao mercado nacional e estrangeiro mecanismos capazes de reduzir riscos cambiais e ampliar a previsibilidade dos investimentos de longo prazo.

Ao todo, 35 projetos já estão sendo financiados com recursos do primeiro leilão, aproximadamente R\$ 21 bilhões investidos, distribuídos entre economia circular, transição energética, infraestrut-

tura verde e adaptação e bioeconomia. Na transição energética, os investimentos superam R\$ 10 bilhões, impulsionando a produção de combustível sustentável de aviação a partir da macaúba e biocombustíveis derivados do milho.

A agenda de agricultura sustentável foi impulsionada pelo segundo leilão, que prevê a recuperação produtiva de 1,4 milhão de hectares de terras degradadas, área equivalente a quase 9 vezes a cidade de São Paulo. Ao transformar áreas subutilizadas em novas frentes de produtividade, a iniciativa reduz a pressão por desmatamento e amplia a oferta de áreas produtivas sustentáveis.

Já o terceiro leilão avançou para operações de equity, com R\$ 53 bilhões mobilizados, dos quais R\$ 11 bilhões serão direcionados a startups e a pequenas e médias empresas, impulsionando inovação na transição ecológica. Um quarto leilão foi lançado durante a COP 30, com o compromisso de fortalecer a bioeconomia e o turismo sustentável na Amazônia.



Presidente Lula em visita ao Centro de Inovação Tecnológica Agroindustrial da Acelen Renováveis, primeira empresa a acessar financiamento do Eco Invest. No interior da Bahia, uma biorrefinaria em construção, com recursos do programa, vai transformar macaúba, planta nativa brasileira, em combustível sustentável de aviação, impulsionando a transição energética e uma cadeia produtiva com mais valor no Brasil.

Foto: Ricardo Stuckert / PR

PRÊMIOS E APOSTAS

Jogo limpo, regras claras e proteção para quem está do outro lado da tela

Entre 2024 e 2025, o Ministério da Fazenda colocou ordem em um mercado que crescia sem controle e deixava milhões de brasileiros expostos a golpes, fraudes e plataformas sem qualquer garantia. Com fiscalização firme, bloqueio de operações suspeitas, ferramentas de proteção ao apostador e regras claras para as empresas, o Brasil passou a separar o jogo legal do ilegal, protegendo o dinheiro do cidadão, a sua segurança digital e a economia do país.

Quando sites e perfis ilegais saem do ar, menos gente cai em golpe e menos dinheiro alimenta plataformas que não respeitam nenhuma regra.



**MAIS DE
27 MIL**

sites de aposta
ilegais derrubados



MAIS DE 230 MIL
solicitações de autoexclusão



385 PERFIS
de influencers removidos



+ 200
PUBLICAÇÕES
retiradas



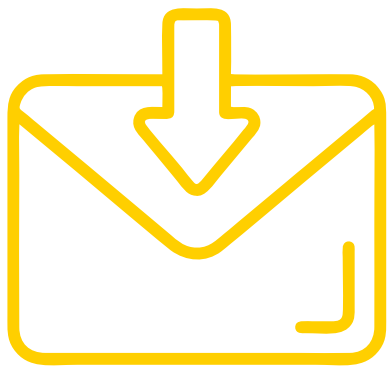
366 PROCESSOS
de fiscalização concluídos



BLOQUEIO INTELIGENTE

Nas apostas ilegais, o dinheiro sempre deixa rastro. Em parceria com bancos e instituições de pagamento, essas movimentações são rastreadas para fechar a torneira do dinheiro que alimentava plataformas clandestinas.

A regulamentação do mercado de apostas de quota fixa (as famosas bets) não é apenas uma regra burocrática; ela é essencial para garantir a segurança e a saúde da economia nacional.



801

COMUNICAÇÕES DE RISCO

enviadas por 36 instituições financeiras



1.687

PESSOAS

identificadas suspeitas de ligação com apostas ilegais



550

CONTAS BANCÁRIAS

encerradas



dessas, **209 contas** já confirmadas como de plataformas ou de operadores ilegais

BRASIL MAIS FORTE, MODERNO E TRANSPARENTE

Nos últimos três anos, o Ministério da Fazenda trabalhou para construir um Brasil mais justo, com regras claras, economia mais forte e serviços mais acessíveis. A Secretaria de Política Econômica (SPE) liderou mudanças que modernizam o Estado, fortalecem o crédito e ampliam a transparência para toda a população.

Regras mais claras para o país crescer

Novo Arcabouço Fiscal: Uma nova regra para cuidar das contas públicas (Lei Complementar nº 200/2023)

BRASIL AGORA

Controla a dívida

Mantém as
contas em dia

Cresce de maneira
sustentável

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO

SPE teve papel central na simplificação histórica dos impostos que incidem sobre o consumo. Com o novo IVA Dual, modelo usado nas economias mais desenvolvidas, o que muda na prática?

- SISTEMA MAIS SIMPLES
- MENOS BUROCRACIA PARA EMPRESAS
- MAIS INVESTIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS



Potencial para
AUMENTAR O PIB
EM ATÉ 10%
nos próximos anos



CRÉDITO MELHOR, VIDA FINANCEIRA ORGANIZADA

A Secretaria de Política Econômica modernizou o acesso ao crédito: mais recursos para produzir, financiar a casa própria e organizar a vida financeira, com menos burocracia, juros menores e foco nas famílias e nos pequenos negócios.

AUMENTO DO CRÉDITO IMOBILIÁRIO

De cerca de 10% para
15% a 20%
do PIB em dez anos

MINHA CASA MINHA VIDA E REFORMA CASA BRASIL

- **Aceleração do Minha Casa Minha Vida**
- **Criação do Reforma Casa Brasil, financiamento para compra e reforma**



Meta de **2 MILHÕES DE MORADIAS**
até 2026

NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

As secretarias de Política Econômica e de Reformas Econômicas redesenharam o sistema de financiamento habitacional. O novo modelo, aprovado pelo CMN, usa melhor os recursos da poupança e do sistema financeiro, permitindo mais crédito e juros menores.

O novo modelo de financiamento de crédito imobiliário viabiliza **R\$ 111 bilhões** de recursos no primeiro ano, tornando disponíveis **R\$ 52,4 bilhões** a mais, em relação ao modelo atual, para financiamento habitacional nesse período, dos quais **R\$ 36,9 bilhões** de forma imediata.

CRÉDITO PARA TRABALHAR E PRODUIR

Expansão de linhas de crédito para quem produz no campo e para pequenos empreendedores. O novo Crédito do Trabalhador e o fortalecimento do Fundo Garantidor de Operações (FGO).

Aprovação de
21 NOVAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPS)

+ DE R\$ 20 BILHÕES
em investimentos para



ILUMINAÇÃO PÚBLICA
SANEAMENTO EDUCAÇÃO

Mais obras, mais emprego e mais qualidade de vida

É o Ministério da Fazenda reafirmando seu papel como órgão de excelência em análise e formulação da política econômica, promovendo a sustentabilidade fiscal, o crescimento e a transparência.



JUSTIÇA GLOBAL: TAXAÇÃO DOS SUPER-RICOS

O Brasil no G20 taxa super-ricos, traça o futuro do clima e desbloqueia bilhões em financiamento global.



Proposta brasileira aprovada por todos: agora está na ordem do dia das 20 maiores economias do mundo o debate sobre tributação de super-ricos



Aprovação no alto nível: A carta final do G20 confirmou que os países vão agir juntos para garantir que bilionários **paguem imposto de verdade**



Relevância mundial: O tema ganhou força global e o Brasil se tornou **referência no debate sobre justiça tributária**

Diplomacia de resultados: o Brasil negocia, influencia e entrega resultados globais

O Brasil deixou de ser coadjuvante e passou a conduzir os temas mais urgentes da agenda internacional: justiça tributária, finanças climáticas e fortalecimento multilateral. É diplomacia com impacto real capaz de mudar regras globais, mobilizar recursos bilionários e abrir caminho para que países em desenvolvimento tenham voz e vez.

Devemos agir juntos para garantir que os super-ricos paguem sua cota justa em impostos de modo a combater a desigualdade.

Fernando Haddad, Ministro da Fazenda



1

Finanças para a Transformação Ecológica

Na COP30, o Brasil lançou o Hub de Plataformas de País como espaço de troca de conhecimento do Sul global e tendo como um de suas inspirações a **Brazil Investment Platform (BIP)**, que busca unir fundos, instituições financeiras e projetos verdes, criando uma conexão direta para acelerar investimentos para um futuro sustentável.

2

Liderança e fortalecimento multilateral

A presidência brasileira no G20 obteve a aprovação histórica do “Roteiro do G20 para Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) Melhores, Maiores e Mais Eficazes”, garantindo mais financiamento ao desenvolvimento sustentável e voz aos países em desenvolvimento.

3

Combate à pobreza

O Brasil articulou a expansão do Fundo para Redução da Pobreza e o Crescimento do FMI, aprovada em 2024, ampliando a capacidade de empréstimo em cerca de **US\$ 8 bilhões** para países de baixa renda.

**O BRASIL INSPIRA O MUNDO AO CONSTRUIR
HOJE A ECONOMIA SUSTENTÁVEL DO FUTURO**

JUSTIÇA FISCAL QUE TRAZ RESULTADOS PARA A SOCIEDADE



A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) mostrou, entre 2023 e 2025, por que é peça-chave de um Brasil que cobra bem, negocia com equilíbrio, evita perdas e protege quem mais precisa. A cada dívida recuperada, lití-

gio resolvido, gasto evitado ou acordo bem feito, a PGFN transforma passivo em investimento, recursos públicos em cidadania concreta e ajuda o país a investir mais, planejar melhor e avançar com responsabilidade.

Dívida que volta vira política pública

Cada real recuperado ajuda a pagar salário de professor, leito de hospital, obra de saneamento e programas sociais.





Transação tributária: acordo em vez de disputa

A transação tributária virou a política mais eficiente para transformar litígio em solução, com benefício para o Estado e para quem deve.



No Programa de Transação Integral (PTI), uma novidade trazida em 2024, a PGFN também alcançou dívidas de alto impacto econômico e temas complexos, com resultados de:

- Valor recuperado:
R\$ 7.896.889.108,52
- Dívidas negociadas:
R\$ 24.884.618.200,86

**MENOS
PROCESSO, MAIS
ARRECADAÇÃO,
MAIS EMPREGO
PRESERVADO
E EMPRESAS
FUNCIONANDO**

PROTEÇÃO DIRETA AO TRABALHADOR: FGTS E FUNDOS SOCIAIS

A PGFN é responsável pela recuperação da dívida inscrita no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Atua para recuperar valores que deveriam ter sido pagos pelos empregadores aos empregados.

2023

R\$ 689,2 milhões
recuperados

2024

R\$ 1,5 bilhão
recuperados

2025

R\$ 1,93 bilhão
recuperados

O mesmo vale para o Salário-Educação, com recuperação de:

2023

R\$ 171,52 milhões

2024

R\$ 236,68 milhões

2025

R\$ 378,64 milhões



ATUAÇÃO JUDICIAL - DESPESAS EVITADAS

A atuação judicial da Fazenda Nacional é fundamental para proteger o dinheiro público e garantir o equilíbrio das contas do governo. Com um trabalho técnico e estratégico, a PGFN evita condenações indevidas ou com valores exagerados, o que ajuda a economizar recursos.

2023

- **2,5 milhões** de intimações recebidas
- **R\$ 174,4 bilhões** em perdas evitadas, como:

Impacto inestimável

Cessaçã dos efeitos da coisa julgada inconstitucional

R\$ 115,2 bilhões

PIS/COFINS das instituições financeiras

R\$ 47 bilhões

Exclusão dos benefícios fiscais de ICMS do IRPJ e da CSLL

2024

- **2,7 milhões** de intimações recebidas
- Mais de **R\$ 447 bilhões** em despesas evitadas, sendo:

R\$ 235 bilhões

em temas de ICMS na base de IRPJ/CSLL

R\$ 94,16 bilhões

em contribuições parafiscais

R\$ 49,9 bilhões

no Reintegra

2025

- Mais de **3 milhões** de intimações recebidas
- **R\$ 234,26 milhões** em despesas evitadas, como por exemplo:

R\$ 60,6 bilhões

CIDE Remessas

R\$ 3,32 bilhões

PIS/COFINS sobre Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC)

R\$ 2,08 bilhões

PIS/COFINS na base da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta

**MENOS GASTO JUDICIAL E MAIS RECURSOS
DISPONÍVEIS PARA SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA...**



DIGITAL, SIMPLES E PRÓXIMO DO CIDADÃO

A PGFN também modernizou o atendimento e a forma de se relacionar com a sociedade. Transparência e serviço digital que aproximam o cidadão da informação e das soluções.

Regularize – portal de serviços

2023

2,6 milhões
de novos usuários

2024

2,7 milhões
de novos usuários

2025

3,2 milhões
de novos usuários

Dívida Aberta aplicativo de transparência ativa

Mais de **5 milhões** de consultas desde 2021

Portal da Cidadania Tributária

Mais de **1,3 mil documentos** (pareceres, decisões, súmulas) incluídos desde 2023



SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS (SRC)

Para casos complexos, com fraudes estruturadas e valores milionários, a PGFN criou o Sistema de Recuperação de Créditos (SRC).

Acumulado entre 2022 a 2025

30,7 bilhões

AÇÕES EM PROL DO RIO GRANDE DO SUL

Análise jurídica de MPs, PLs, portarias e resoluções em contexto de calamidade.

- ⇒ Prorrogação de prazos, suspensão de protestos e de cobranças em mais de 300 municípios por 90 dias
- ⇒ Transação SOS RS: 5.811 negociações para facilitar a regularidade fiscal

É A PGFN USANDO O DIREITO PARA PROTEGER VIDAS, EMPREGOS E CIDADES EM MOMENTOS CRÍTICOS



SEGURANÇA JURÍDICA PARA AS GRANDES POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação consultiva da PGFN garante que as principais políticas econômicas e sociais nasçam com base legal sólida.

2023

4,3 mil
manifestações jurídicas

2024

4 mil
manifestações jurídicas
3,8 mil
assessoramentos jurídicos

2025

3,8 mil
manifestações jurídicas
3 mil
assessoramentos jurídicos





AQUI TEM PGFN

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional trabalhou para garantir que as políticas públicas estivessem em plena conformidade com a legislação. Esse suporte foi estratégico para permitir que recursos chegassem à ponta com segurança jurídica, viabilizando a justiça fiscal, o acesso a crédito e serviços por milhares de brasileiros.

✓ Eco Invest	✓ Desenrola Brasil	✓ Plano Safra 2025/2026
✓ Propag	✓ Acordos internacionais	✓ Minha Casa Minha Vida
✓ Mais Médicos	✓ Taxonomia Sustentável Brasileira	
✓ Novo Regime Fiscal Sustentável	✓ Emissões de títulos do Tesouro no exterior	

A PGFN ajuda estados e municípios a conseguirem dinheiro emprestado com bancos de outros países para fazer obras importantes, como escolas, hospitais e estradas.

2023	40 operações externas (US\$ 4,3 bi; € 188 mi; ¥ 21 bi)
2024	147 contratos (R\$ 34,4 bi; US\$ 2,08 bi; € 136 mi)
2025	20 operações externas (US\$ 2,1 bi), 3 emissões de títulos (US\$ 2,5 bi; US\$ 1,5 bi; US\$ 2,25 bi) e 88 operações internas (R\$ 28,5 bi)

CONTROLE INTERNO, DIVERSIDADE E INTEGRIDADE

Recursos públicos bem cuidados, serviços melhores para todos

Entre 2023 e 2025, o Ministério da Fazenda fortaleceu a governança, a gestão de riscos e a integridade. O objetivo é sim-

ples e direto: **uso ético e eficiente do dinheiro público, menos irregularidades e serviços de melhor qualidade.**

INTEGRIDADE MÁXIMA, RISCO ZERO

Gestão de riscos padronizada Padrão GRCI

O Programa de Gestão de Riscos e Controles Internos definiu um **padrão único** para todo o Ministério, detalhando papéis e responsabilidades.

Equidade e transparência

Criação de comitê permanente que inclui gênero, raça e diversidade. E ações do **Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação**, voltadas para um ambiente de trabalho seguro e respeitoso.

Programa FAZ Integridade

Consolida princípios e normas para **prevenir, identificar e corrigir** corrupção, fraudes e desvios éticos.

Conexão Cidadã

Ações como "**Ouvidoria te visita**" e "**Papo de Ouvidoria**" aproximaram gestão, servidores e sociedade.



OUVIDORIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

349 MIL MANIFESTAÇÕES DE
OUVIDORIA DA SOCIEDADE

Ouvidoria que transforma manifestações da sociedade em melhorias nos serviços:

- **349 mil manifestações** tratadas entre 2023 e 10 de março de 2026.
- Principais temas: **fiscalização, restituição/ressarcimento, aduana, cadastro, Simples Nacional e autoexclusão de sites de apostas.**
- Ministério da Fazenda foi o **2º órgão mais demandado** no período.

Acesso à Informação

- Mais de **4 mil pedidos de acesso à informação atendidos por ano.**
- **13,8 dias foi o tempo médio de atendimento em 2025**, abaixo do prazo legal.
- Em 2025, foi o **5º órgão mais demandado** do Poder Executivo Federal.
- Cumprimento integral da Cartilha de Transparência Ativa da CGU em 2025.
- Carta de Serviços ampliada e atualizada.



CORREGEDORIA

AÇÕES PREVENTIVAS COM FOCO NA CULTURA DE INTEGRIDADE

A Corregedoria atuou com foco em **prevenção, padronização e capacitação**

Estratégia Dupla: Prevenção e Responsabilização

- **Mopar - Manual de Operacional de Processos Administrativos de Responsabilização:** Transparência da aplicação da Lei Anticorrupção no âmbito da Corregedoria, tornando as apurações mais eficientes e céleres.
- Campanha **PAD NÃO!:** promove a compreensão sobre infrações funcionais passíveis de apuração por meio de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), e orienta servidores sobre comportamentos compatíveis com o adequado exercício da função pública.

Fortalecimento das Corregedorias

- Programa de capacitação e alinhamento nacional.
- Reuniões de 2025 com **mais de 200 agentes públicos.**
- Debate de temas sensíveis: **prevenção ao assédio moral e sexual**, integridade institucional e nulidades do Processo Administrativo Disciplinar.

ESTADO PRESENTE: RESPOSTA RÁPIDA EM TEMPOS DE CRISE

Quando o país mais precisou, o Ministério da Fazenda respondeu com medidas fiscais e financeiras para proteger as pessoas, sustentar a economia e preservar a estabilidade. Em emergências climáticas e em choques externos, a prioridade foi simples: agir com responsabilidade, dar respostas no tempo certo e garantir a retomada.

A resposta do Estado

EMERGÊNCIAS ENFRENTADAS

Rio Grande do Sul: Ao todo, as inundações impactaram 478 das 497 cidades gaúchas, afetando diretamente cerca 2,4 milhões de habitantes.

São Paulo: fortes chuvas e ventanias causaram apagões que provocaram prejuízos bilionários, principalmente nos setores de comércio e serviços.

Cenário internacional: tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros no segundo semestre de 2025, com risco de prejuízos ao comércio exterior, à produção nacional e ao emprego.





O QUE O MINISTÉRIO DA FAZENDA FEZ

Alívio financeiro imediato: renegociação da dívida do Rio Grande do Sul com a União, com **suspensão temporária de pagamentos** para liberar recursos emergenciais.

Fôlego tributário: prorrogação de prazos para pagamento de tributos e cumprimento de obrigações fiscais.

Liquidez rápida: antecipação da restituição do Imposto de Renda para contribuintes gaúchos.

Crédito para retomada: linhas especiais com garantias do Governo Federal, por meio do **Pronaf** e **Pronampe** no RS e do **Pronampe** em São Paulo.

Resposta humanitária: mobilização logística, em parceria com a Receita Federal e os Correios, para envio de toneladas de doações e mercadorias apreendidas às regiões atingidas.

Brasil Soberano: diante do tarifaço dos EUA, o Ministério da Fazenda coordenou medidas para **defender a economia nacional**, proteger setores estratégicos, preservar empregos e reforçar a posição do Brasil no comércio internacional, garantindo previsibilidade e segurança para produtores e exportadores.

QUEM FOI PROTEGIDO

Rio Grande do Sul: ações com alcance direto a **quase 2,4 milhões de pessoas**, entre famílias, produtores rurais e empresas de todos os portes.

São Paulo: apoio direcionado a **micro e pequenos empresários** afetados pela interrupção de energia.

Brasil: empresas exportadoras, cadeias produtivas e trabalhadores impactados por medidas comerciais externas.

Ao agir com rapidez em emergências climáticas e firmeza no cenário internacional, o Ministério da Fazenda reforçou um princípio essencial: **proteger pessoas, defender o país e garantir as condições para o Brasil seguir avançando.**

MAIS AGILIDADE, MAIS CLAREZA, MAIS SEGURANÇA JURÍDICA

Desde 2023, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) acelerou julgamentos, reduziu o estoque de processos e fortaleceu a previsibilidade das decisões. O resultado é menos disputa, mais confiança e um ambiente de negócios mais estável.

Regras claras, menos litígio

Em 2025, foram aprovados **28 novos enunciados de súmulas**, consolidando entendimentos e pacificando temas relevantes.

**MAIS
ESTABILIDADE
NAS DECISÕES**

**MENOS
CONFLITOS**

**MAIS
TRANSPARÊNCIA
PARA EMPRESAS
E CIDADÃOS**

Fila menor, economia maior

Em 2025, o Carf reduziu:

➔ **Mais de 7%** do estoque em número de processos

➔ **Mais de 23%** em valores

➔ **19 mil processos** julgados

➔ Cerca de **R\$ 490 bilhões** analisados

➔ O passivo caiu de **R\$ 990 bilhões** para **R\$ 756 bilhões**



DECISÃO MAIS RÁPIDA

O prazo médio de julgamento caiu **6% em 2025**.
Mais agilidade, menos espera, mais previsibilidade.

Voto de qualidade: exceção com técnica

A Lei nº 14.689/2023 reintroduziu o voto de qualidade para desempate.

83,6%
das decisões
em 2023 foram
unâнимes

86,6%
em 2024

Apenas
3,7%
dos casos usaram
o voto de qualidade

Carf mais diverso e moderno

⇒ Conselheiros: de **180 para 204**

⇒ **Plenário Virtual e Sistema Push**
para acompanhamento on-line

⇒ Projeto de **Inteligência Artificial (Iara)**
para acelerar casos mais simples

⇒ Participação feminina subiu de **24% para 33%**
no quadro de conselheiros

TRANSPARÊNCIA PARA UM MERCADO MAIS SEGURO

Os Conselhos de Recursos do Sistema Financeiro (CRSFN) e de Seguros (CRSNSP), vinculados ao Ministério da Fazenda, fecharam o ciclo 2023–2025 com mais eficiência, transparência e governança. Resultado: decisões mais rápidas, regras mais claras e mais confiança nos mercados financeiro e de seguros.

Metas de eficiência superadas

Menos processo parado, mais resposta na mesa:

CRSNSP:

Redução de 95% no estoque de processos (de 2021 a outubro de 2025)

CRSFN:

Redução de 70% no estoque de processos (de 2021 a outubro de 2025)

COM MENOS PROCESSOS ACUMULADOS, OS JULGAMENTOS FICAM MAIS ÁGEIS E AS DECISÕES PASSAM A REFLETIR MELHOR A REALIDADE ATUAL DO MERCADO

Metas de eficiência superadas

Menos processo parado, mais resposta na mesa:

Sistema de Busca de Jurisprudência: mais de 2.600 decisões disponíveis desde 2016

Publicação de Regimentos Internos e Códigos de Conduta

Painéis de indicadores interativos para acompanhamento das atividades



